



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 212-2019 – SIAM 0736581/2019			
PA COPAM Nº: 3924/2006/005/2019		SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento	
EMPREENDEDOR: Ardósias Santa Catarina LTDA		CNPJ:	16.829.699/0001-37
EMPREENDIMENTO: Ardósias Santa Catarina LTDA		CNPJ:	16.829.699/0001-37
MUNICÍPIO: Paraopeba		ZONA:	Urbana
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Não se aplica.			
CÓDIGO: B-01-09-0	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17): Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da área da planta de extração	CLASSE 3	CRITÉRIO LOCACIONAL 0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Silas Alves Conta		ART: 14201900000005422658	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental		1.269.800-7	
De acordo: Aline Alves de Moura Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.093.406-5	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 212-2019

O empreendimento Ardósias Santa Catarina LTDA, localizado no município de Paraopeba – MG, formalizou na SUPRAM CM, em 09 de outubro de 2019, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 3924/2006/005/2019, por meio modalidade Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). A atividade foi enquadrada na Deliberação Normativa (DN) 217/17 como “Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da área da planta de extração”, código B-01-09-0. A área útil de 2,000 ha justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional zero.

O empreendimento está localizado em área urbana do município de Paraopeba com predominância de residências e conta com 69 funcionários, sendo 66 no setor de produção e 03 no setor administrativo que trabalham em um único turno de 8 horas dia, 05 dias por semana.

No desenvolvimento da atividade, o material bruto, composto por placas serradas (220 x 110 m) será estocado na entrada do galpão 1. Esse material será colocado em esteiras e seguirá para um sistema de talhas elétricas, onde as placas passarão por processo de desbaste (corte) a fim de se obter a espessura padrão, sendo a mais comum de 19 e 25 mm. Posteriormente as placas seguirão pela esteira para uma linha de perfuratrizes com diversos diâmetros de furos, onde receberão em média 40 furos. A partir daí as placas serão transferidas para as retificas, montadas em duas linhas onde ocorre o polimento (acabamento fino). Na etapa seguinte as placas serão destinadas aos processos de lavagem, secagem e conferência. Por fim, as placas serão acomodadas em pallets que, por sua vez, serão revestidos com plástico grosso e amarrados, antes de serem estocados em containers na área de expedição.

Quanto ao uso de recursos hídricos no empreendimento, foi informado que serão utilizados 80 m³/dia no processo industrial (resfriamento dos discos) de água oriunda do tanque de armazenamento de água pluvial e de poço artesiano, 5 m³/dia na lavagem de pisos e equipamentos sendo a água proveniente de poço artesiano e 8 m³/dia para o consumo humano por meio de água de poço artesiano. Foram mencionados no RAS os processos de outorga nº 13563/2014 e nº 13564/2014. Em consulta ao Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM), foi constatado que o processo 13563/2014 foi indeferido enquanto o processo 13564/2014 se encontra formalizado. O processo nº 13564/2014 trata-se de solicitação de renovação da Portaria 1069/2009, de 04/05/2009. A mencionada portaria autoriza a captação em poço tubular localizado sob as coordenadas Lat.19°16'22"S e Long. 44°24'28"W, com vazão autorizada 6,5 m³/h, durante 08 horas por dia, totalizando 52 m³/dia para a finalidade de consumo industrial.

Com relação aos processos de outorga em renovação, dispõe a PORTARIA IGAM Nº 48, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019:

Art. 13 – O pedido de renovação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos formalizado até a data limite de vigência da respectiva portaria acarretará a prorrogação automática da outorga anteriormente concedida, até a manifestação final do Igam.



Embora a mencionada portaria encontre-se atualmente válida, conforme disposto na Portaria Igam nº 48/2019, essa não atende toda a demanda hídrica do empreendimento (80 m³/dia).

Cabe informar que, a Deliberação Normativa 217/17, em seu artigo 15, prevê que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – **O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS (Grifo nosso).**

Deste modo, o empreendimento não possui regularização para a utilização de recurso hídrico para atender à sua necessidade. Ademais, foi informado que o empreendimento fará uso de água proveniente de um tanque que armazena água pluvial, entretanto, trata-se de uma fonte de água sazonal e de quantidade variável.

Como principais impactos inerentes à atividade e mapeados no RAS tem-se a geração de efluentes líquidos sanitários, industriais e oleosos, emissões atmosféricas, de resíduos sólidos e ruídos.

Os efluentes gerados nos sanitários são lançados em uma fossa séptica e em seguida a um sumidouro. O efluente referente à lavagem de pisos e equipamentos bem como o efluente oleoso serão lançados em uma caixa separadora de água e óleo (CSAO). **Não foi informada a destinação do efluente líquido oleoso após passar pela CSAO.** O efluente industrial será destinado a 02 tanques de decantação e depois retornará ao processo.

Quanto à emissão atmosférica, ocorrerá a geração de particulados oriundos da utilização das serras manuais que farão o corte do material. Foi informado que este impacto será mitigado por meio da utilização de água no processo a fim de “abafar” a presença dos particulados. **Foi informado também que serão utilizadas máscaras, mas, cabe informar que os uso de equipamentos de proteção individual não se configura em medida mitigadora.**

Quanto aos resíduos sólidos, foi informado que os finos do pó de pedra bem como os cacos de pedra serão lançados em pilhas de rejeito. **Não foram apresentadas as características desta pilha e nem informado se a mesma é temporária ou definitiva.** Foi informado que o resíduo oleoso retido na CSAO será coletado por empresa especializada. **Não foram apresentadas informações sobre os demais resíduos gerados no empreendimento como os de característica doméstica, resíduo da fossa séptica, etc.**

Não foram apresentadas informações acerca dos ruídos gerados na operação do empreendimento. Ressalta-se que o empreendimento encontra-se localizado em área residencial e que fará uso de equipamentos como serras, furadeiras e politrizes.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado, considerando que o empreendimento não possui regularização para uso de recurso hídrico, sugere-se o indeferimento do pedido de licenciamento Ambiental ao



empreendimento “Ardósia Santa Catarina Ltda”, para a atividade de “Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da área da planta de extração”, no município de Paraopeba - MG”.